1. Introdução

No cumprimento do disposto do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro é elaborado o presente Relatório de Gestão que traduz de forma sucinta os documentos contabilísticos que compõem a Prestação de Contas. Este relatório espelha os resultados obtidos durante o exercício de 2014, traduzindo a atividade municipal no âmbito das suas atribuições e competências, representando um retrato do desempenho da gestão municipal, aferindo a sua qualidade através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia da afetação de recursos aos objetivos realizados, abrangendo uma multiplicidade de informação.

Ao longo deste documento será apresentada uma análise contabilística do Município de Setúbal centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando os níveis de endividamento municipal.

Todos os resultados aqui relatados foram obtidos na prossecução de uma política de gestão centrada num intenso esforço de contenção de gastos, mas assegurando a promoção da qualidade de vida dos seus munícipes.

No ano em apreço verifica-se um aumento da receita arrecada que leva a uma melhoria dos resultados da Autarquia.

2. Análise ao Balanço

O Balanço é o documento que reflete a situação patrimonial do Município a 31 de dezembro de 2014. O património está dividido em duas classes de elementos patrimoniais distintos: por um lado, aquilo que se tem (um conjunto de bens e um conjunto de direitos) designado por ativo, por outro lado, aquilo que se deve (um conjunto de obrigações) designado por passivo, que iremos analisar em pormenor seguidamente.

Milhares de euros

	2014		2014
ATIVO		**FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**	
		FUNDOS PRÓPRIOS	
IMOBILIZADO			
Bens de Domínio Público	39.744		
Imobilizações Incorpóreas	928	Património	166.727
Imobilizações Corpóreas	223.579	Reservas	34.125
Investimentos Financeiros	6.478	Doações	5.451
	270.729	Resultados Transitados	16.469
		Resultado Líquido do Exercício	17.415
EXISTÊNCIAS	23.200	**Total dos Fundos Próprios**	240.187
		PASSIVO	
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Empréstimos Concedidos	95	Provisões para riscos e encargos	1.349
Clientes	124		
Contribuintes	3.651	Dívidas a terceiros- médio longo prazo	
Utentes	3.635	Empréstimos de Médio Longo Prazo	39.559
Clientes, cont. utentes Cob. Duvidosa	849		
Estado e Outros Entes Públicos	242	Dívidas a terceiros de curto prazo	
Outros Devedores	18.103	Empréstimos de Curto Prazo	0
	26.699	Clientes com cauções	289
		Fornecedores	33.831
		Credores pela execução do orçamento	0
DISPONIBILIDADES		Estado e Outros Entes Públicos	2.620
Depósitos em Instituições de Crédito	3.697	Outros Credores	1.154
Caixa	294		
	3.991	Acréscimos e Diferimentos	40.338
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	34.708	**Total do Passivo**	119.140
TOTAL DO ATIVO	359.327	**TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO**	359.327

2.1. Ativo

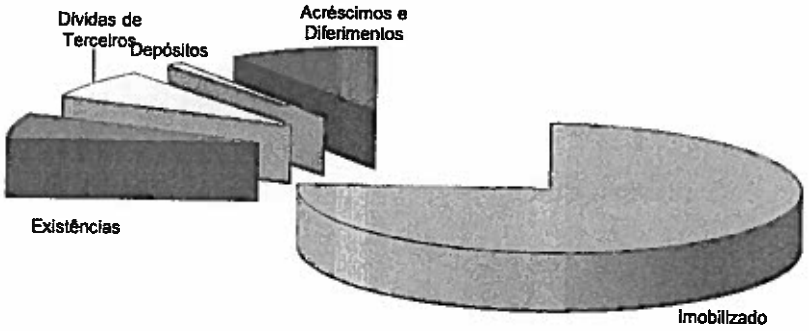
O ativo atingiu em 2014, o total de 359.327 milhares de euros. Sendo que, o imobilizado representa 75,3% do ativo total, enquanto o circulante abrange somente 6,5% e as dívidas de terceiros abrangem 7,4% do total. Os acréscimos e diferimentos têm um peso de 9,7%, devido ao cumprimento do princípio da especialização dos proveitos, referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), à Derrama e à Participação Variável no IRS, e os depósitos apenas representam 1,1% do ativo total.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	266.823	76,8	270.729	75,3	3.906	1,5
Circulante	21.253	6,1	23.200	6,5	1.947	9,2
Dívidas de Terceiros	23.203	6,7	26.699	7,4	3.496	15,1
Depósitos	5.272	1,5	3.991	1,1	-1.281	-24,3
Acréscimos e Diferimentos	30.688	8,8	34.708	9,7	4.020	13,1
TOTAL	**347.239**	-	**359.327**	-	**12.088**	-

Distribuição – 2014



Analisando o ativo, verifica-se que o imobilizado municipal cresceu relativamente ao ano anterior no montante de 3.906 milhares de euros, justificável pelo aumento das imobilizações corpóreas, apesar da diminuição das imobilizações incorpóreas e dos bens do domínio público. O circulante aumentou 1.947 milhares de euros e os depósitos efetuados em instituições financeiras diminuíram 1.569 milhares de euros, ao contrário do dinheiro em caixa, que obteve um aumento de 288 milhares de euros explicável por ter sido efetuado a 30 de dezembro o movimento contabilístico de arrecadação da transferência proveniente do Orçamento de Estado relativa ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) sem ter sido efetuada a respetiva passagem para a instituição bancária para onde é normalmente transferido.

Os acréscimos e diferimentos aumentaram 4.020 milhares em relação ao ano passado, devido ao aumento dos acréscimos de proveitos que contêm a previsão de arrecadação de receita em impostos no ano seguinte mas que são relativos ao ano de 2014. Ora, a Autarquia prevê um aumento de receita arrecadada no Imposto Municipal de Imóveis, devido ao fim da cláusula de salvaguarda e um aumento previsto na arrecadação da Derrama.

2.2. Imobilizado

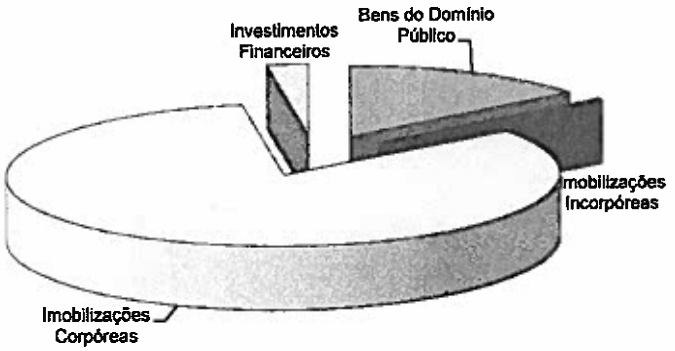
Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Bens do Domínio Público	40.339	15,1	39.744	14,7	-595	-1,5
Imobilizações Incorpóreas	1.208	0,5	928	0,3	-280	-23,2
Imobilizações Corpóreas	218.798	82,0	223.579	82,6	4.781	2,2
Investimentos Financeiros	6.478	2,4	6.478	2,4	0	0,0
TOTAL	**266.823**	-	**270.729**	-	**3.906**	-

O imobilizado líquido teve um aumento de 3.906 milhares de euros devido ao conjunto de obras encerradas/em curso em 2014, tais como: refuncionalização do edifício Círculo Cultural de Setúbal – Casa da Cultura; infra-estruturação de arruamentos em Vale de Cães – Brejos de Azeitão; conceção e instalação do Núcleo Museológico Urbano no bairro da Bela Vista; recuperação e valorização do Convento de Jesus; reabilitação do reservatório elevado da Bela Vista; entre outras.

Distribuição – 2014



2.3. Dívidas de terceiros de curto prazo

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos Concedidos	95	0,41	95	0,36	0	0,0
Clientes c/c	34	0,15	124	0,46	90	264,7
Contribuintes c/c	3.717	16,02	3.651	13,67	-66	-1,8
Utentes c/c	2.655	11,44	3.635	13,61	980	36,9
Clientes de Cobrança Duvidosa	747	3,22	849	3,18	102	13,7
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	n.a.
Estado e outros Entes Públicos	195	0,84	242	0,91	47	24,1
Outros Devedores	15.760	67,92	18.103	67,80	2.343	14,9
TOTAL	**23.203**	-	**26.699**	-	**3.496**	-

n.a. – não aplicável

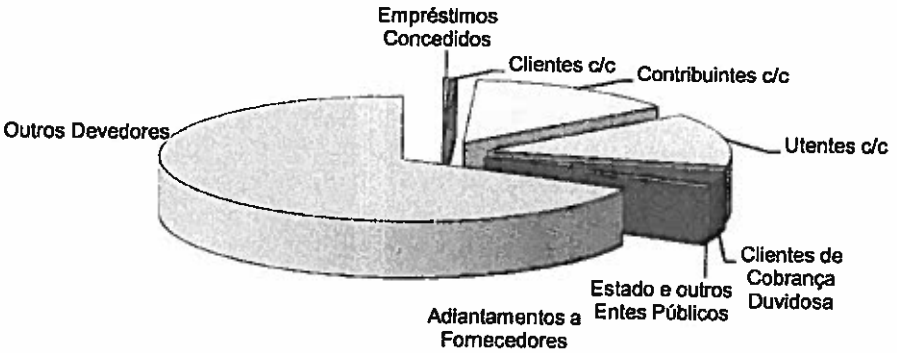
O valor das dívidas de terceiros de curto prazo, ascende o montante de 26.699 milhares de euros, o qual inclui as dívidas de rendas de habitação social, renda da concessão das Águas do Sado, S.A., de loteamento e obras, de resíduos sólidos, taxas diversas e o valor por receber dos projetos comparticipados.

A rubrica 'Estado e outros entes públicos' assume o valor de 242 milhares de euros, tendo um aumento de 47 milhares de euros em relação ao ano transato. Fica a dever-se ao fato do Município deter maioritariamente atividades que não conferem direito à dedução do IVA, pois são atividades efetuadas no âmbito dos poderes de autoridade.

Ao longo do ano de 2014 as despesas efetuadas foram na sua maioria nesta área de atividades, por conseguinte ao haver menos dedução de IVA nas despesas realizadas implica diretamente o aumento do montante do IVA a liquidar.

Também há que ter em consideração que para o aumento desta rubrica no final do exercício de 2014 é elaborado um resumo das isenções dadas pela Autarquia no aluguer de equipamentos desportivos e culturais, de forma a liquidar o IVA que daí resulta, assumindo o mesmo como custo do Município.

Distribuição – 2014



2.4. Fundos Próprios

Os fundos próprios somam 240.187 milhares de euros e são constituídos por: património (166.727 milhares de euros), reservas (34.125 milhares de euros), doações (5.451 milhares de euros), resultados transitados (16.469 milhares de euros) e resultado líquido do exercício (17.415 milhares de euros), registando-se um acréscimo de 23.614 milhares de euros, relativamente ao ano transato.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Património	166.727	77,0	166.727	69,4	0	0,0
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Reservas	27.995	12,9	34.125	14,2	6.130	21,9
Doações	5.382	2,5	5.451	2,3	69	1,3
Resultados Transitados	11.328	5,2	16.469	6,9	5.141	45,4
Resultado Liquido do Exercício	5.141	2,4	17.415	7,3	12.274	238,7
TOTAL	**216.573**	-	**240.187**	-	**23.614**	-

n.a. – não aplicável

O valor do património manteve-se inalterado, pois durante o exercício de 2014 não havendo necessidade de proceder a nenhuma retificação ao Balanço Inicial e Inventário.

O valor contabilizado em reservas teve um crescimento de 6.130 milhares de euros, decorrente do registo de diversas parcelas de terreno sitos em: Vendas de Azeitão; Quinta dos Vidais e Casal das Figueiras, pelo registo de diversas frações habitacionais na Quinta de Santo António, no registo do edifício municipal "Antigo Banco de Portugal" e no registo de dois troços da EN10, entre o KM 41,158 e KM 43,887 e da EN252, entre o KM 16,560 e o KM 19,233.

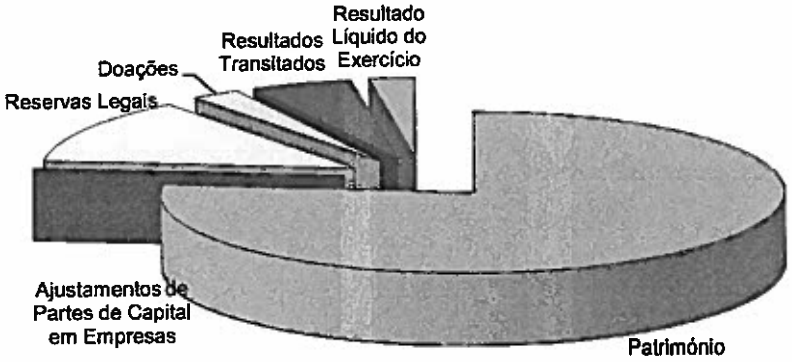
A conta de doações aumentou 69 milhares de euros, devido ao registo de diversas doações de várias Entidades ao Município.

Os resultados transitados aumentaram em 5.141 milhares de euros devido à aplicação do resultado líquido do ano transato, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL.

Em 2014, o Resultado Líquido do Exercício é de 17.415 milhares de euros, significando um aumento de 12.274 milhares de euros, o que ficou a dever-se a uma redução generalizada dos custos aliada a um aumento generalizado dos proveitos.

Mais à frente, neste Relatório, iremos observar pormenorizadamente os resultados apurados.

Distribuição – 2014



2.5. Passivo

O passivo ascende a 119.140 milhares de euros, sendo 39.559 milhares de euros referentes a dívidas de médio e longo prazo e 37.894 milhares de euros de curto prazo, 1.349 milhares de euros de provisões para riscos e encargos e 40.338 milhares de euros de acréscimos e diferimentos.

Em relação ao ano passado, o passivo diminuiu 11.526 milhares de euros, devido a uma diminuição generalizada da dívida a terceiros, quer a curto, quer a médio e longo prazo e uma acentuada diminuição das provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais.

2.5.1. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo

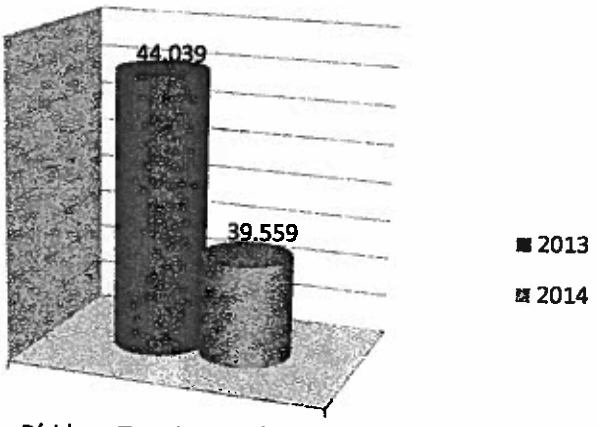
Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos - Médio e Longo Prazo	44.039	-	39.559	-	-4.480	-10,2
TOTAL	**44.039**	**-**	**39.559**	**-**	**-4.480**	**-10,2**

A rubrica 'Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo' teve uma diminuição de 4.480 milhares de euros, devido às amortizações dos diversos empréstimos contraídos pelo Município.

Representação gráfica – 2013/2014



Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

2.5.2. Dívidas a terceiros de curto prazo

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos de curto prazo	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Clientes com Cauções	288	0,7	289	0,8	1	0,3
Fornecedores c/c	24.734	58,4	17.596	46,4	-7.138	-28,9
Fornecedores c/ caução	38	0,1	37	0,1	-1	-2,6
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	2.193	5,2	1.611	4,3	-582	-26,5
Fornecedores c/c - Factoring	563	1,3	2.816	7,4	2.253	400,2
Fornecedores c/c - Cessão de créditos	0	0,0	98	0,3	98	n.a.
Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Credores pela execução do orçamento	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Fornecedores de imobilizado c/c	7.967	18,8	8.414	22,2	447	5,6
Fornecedores de imobilizado - Factoring	1.992	4,7	2.069	5,5	77	3,9
Fornecedores de imobilizado - Cessão de créditos	226	0,5	272	0,7	46	20,4
Fornecedores de imobilizado c/ cauções	1.044	2,5	918	2,4	-126	-12,1
Estado e outros Entes Públicos	2.188	5,2	2.620	6,9	432	19,7
Outros Credores	1.145	2,7	1.154	3,0	9	0,8
TOTAL	**42.378**	-	**37.894**	-	**-4.484**	-

n.a. – não aplicável

O valor das dívidas a terceiros de curto prazo evidencia uma redução de 4.484 milhares de euros, resultante da continuada contenção de despesa, opção estratégica já adotada em anos anteriores e do aumento da receita arrecadada, que proporcionou um aumento de 5,5% dos pagamentos realizados ao longo do ano.

Assim, foi conseguido uma redução da dívida de curto prazo de 3,9%, considerando que falta o registo da dívida de 2.828 milhares de euros, respeitante à especialização de acréscimo de custos da faturação do exercício de 2014, a qual foi registada no exercício de 2015.

2.5.3. Acréscimo de custos e proveitos diferidos

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Acréscimos de Custos	5.463	14,5	6.014	14,9	551	10,1
Proveitos Diferidos	32.296	85,5	34.324	85,1	2.028	6,3
TOTAL	**37.759**	-	**40.338**	-	**2.579**	-

A conta 27.3 - Acréscimo de Custos reflete os custos a reconhecer no próprio exercício e cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores. Assim, nesta conta estão lançados as contrapartidas dos custos das faturas de 2014 que só foram registadas em 2015, ascendendo ao montante de 2.828 milhares de euros e as remunerações e respetivos encargos devidos pelo motivo de férias, cujo processamento e pagamento ocorre no ano de 2015, mas que dizem respeito ao ano de 2014, atingindo cerca de 2.994 milhares de euros.

A conta 27.4 – Proveitos Diferidos inclui os subsídios/transferências de investimento a que o Município tem direito, nos termos da lei ou de contratos-programa. Assim, houve um aumento devido às reprogramações financeiras de candidaturas no âmbito do QREN, tais como: reconversão dos espaços comuns do bairro da Bela Vista; remodelação e ampliação do campo municipal de futebol da Bela Vista e do plano municipal de intervenção no centro histórico de Setúbal, e ainda pela abertura contabilística das seguintes candidaturas comparticipadas: centro de interpretação do Moinho de Maré da Mourisca; recuperação da embarcação Maravilha do Sado; mediação intercultural em serviços públicos e da resiliência Setúbal +.
Inclui ainda os proveitos diferidos provenientes das rendas recebidas pelo Município (156 milhares de euros) e do dinheiro recebido relativo às aquisições pelos munícipes de habitações sociais cujas escrituras ainda não foram efetuadas (83 milhares de euros).

2.6. Comparação dos balanços sucessivos

No sentido de permitir uma melhor observação da realidade financeira do Município apresentam-se de seguida os Balanços de 2012, 2013 e 2014:

Milhares de euros

	Valores 2012	Valores 2013	Valores 2014	Variação % 2012/2013	Variação% 2013/2014
ATIVO					
Imobilizações Líquido	262.114	266.823	270.729	1,8	1,4
Existências	21.579	21.253	23.200	-1,5	8,4
Créditos a curto prazo	23.605	23.203	26.699	-1,7	13,1
Disponibilidades	3.110	5.272	3.991	41,0	-32,1
Acréscimos e Diferimentos	27.006	30.688	34.708	12,0	11,6
TOTAL	**337.414**	**347.239**	**359.327**	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS					
Capital	166.727	166.727	166.727	0,0	0,0
Reservas	27.052	27.995	34.125	3,4	18,0
Doações	5.369	5.382	5.451	0,2	1,3
Resultados Transitados	4.934	11.328	16.469	56,4	31,2
Resultados Líquidos	6.394	5.141	17.415	-24,4	70,5
Provisões	5.505	6.491	1.349	15,2	-381,2
Dívidas a terceiros (m.l.p.)	48.508	44.039	39.559	-10,1	-11,3
Dívidas a terceiros (c.p.)	36.859	42.377	37.894	13,0	-11,8
Acréscimos e Diferimentos	36.066	37.759	40.338	4,5	6,4
TOTAL	**337.414**	**347.239**	**359.327**	-	-

Através da comparação dos Balanços do triénio 2012-2014, verifica-se um aumento continuado no imobilizado, devido à execução de diversas obras e diversas aquisições de imobilizado.

As existências no ano 2014 tiveram um aumento devido ao registo dos lotes de terreno da Quinta dos Vidais.

Os créditos a curto prazo também aumentaram devido a um aumento generalizado das dívidas de terceiros.

Os acréscimos e diferimentos continuaram a aumentar, quer no ativo quer no passivo, devido aos motivos atrás explanados.

As reservas aumentaram em 2014 devido ao registo de diversas parcelas de terreno e de frações habitacionais, e as doações devido ao registo das diversas doações ao Município, tais como: equipamento para o ginásio dos bombeiros municipais, peças de arte diversa para os museus municipais, entre outros.

As provisões tiveram um decréscimo significativo devido a terem terminado diversos processos judiciais que tinham provisão constituída em anos anteriores, no montante de 5.449 milhares de euros.

Registou-se ainda uma diminuição continuada nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo, devido a amortização dos empréstimos contraídos.

As dívidas a terceiros de curto prazo tiveram uma redução significativa a qual será analisada pormenorizadamente mais à frente.

3. Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é o documento contabilístico que permite observar como foram obtidos os resultados do Município num determinado período.

Neste mapa listam-se os custos e os proveitos, classificados por natureza, gerados em 2014, relevando-se pela diferença entre o somatório de ambos, o resultado obtido pelo Município no período em análise.

O esquema da demonstração de resultados comparativo é apresentado no quadro seguinte:

Milhares de euros

Custos e Perdas	2014 Valor	2013 Valor	Variação	Proveitos e ganhos	2014 Valor	2013 Valor	Variação
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	977	1.237	-21,0	Vendas de mercadorias e produtos	209	70	198,6
Fornecimentos e Serviços Externos	18.787	18.239	3,0	Prestações de serviços	8.793	7.850	12,0
Remunerações	19.639	21.028	-6,6	Total	9.002	7.920	13,7
Encargos Sociais	5.176	5.188	-0,2	Impostos e Taxas	41.406	36.193	14,4
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.886	4.822	1,3				
Amortizações do Exercício	6.403	6.261	2,3	Proveitos Suplementares	0	0	0,0
Provisões do Exercício	307	985	-68,8	Transferências e Subsídios Obtidos	12.235	14.310	-14,5
Outros Custos e Perdas Operacionais	31	37	-16,2	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	6.030	5.485	9,9
Total Custos Operacionais	56.206	57.797	-2,8	Total Proveitos Operacionais	68.673	63.908	7,5
Custos e Perdas Financeiros	1.152	1.889	-39,0	Proveitos e Ganhos Financeiros	30	25	20,0
Total de Custos Financeiros	1.152	1.889	-39,0	Total de Proveitos Financeiros	30	25	20,0
Custos e Perdas Extraordinários	594	1.255	-52,7	Proveitos Extraordinários	6.664	2.149	210,1
Total de Custos Extraordinários	594	1.255	-52,7	Total Proveitos Extraordinários	6.664	2.149	210,1
Resultado Líquido do Exercício	17.415	5.141	238,7				
TOTAL	**75.367**	**66.082**	**14,1**	**TOTAL**	**75.367**	**66.082**	**14,1**

Os custos e perdas operacionais suportados pela Autarquia em 2014, totalizam 56.206 milhares de euros, tendo havido uma diminuição destes custos em 2,8%, distribuídos pelos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, pelos fornecimentos e

serviços externos, pelas remunerações e respetivos encargos sociais, pelas amortizações do exercício, entre outros custos operacionais.
Como se pode observar, as despesas suportadas com remunerações e respetivos encargos sociais e os fornecimentos serviços externos representam 78% dos custos e perdas operacionais, sendo as despesas com maior impacto na operacionalidade da atividade da Autarquia.

Os custos e perdas financeiros totalizam 1.152 milhares de euros e englobam juros de empréstimos contraídos e juros moratórios suportados pelo atraso no pagamento de faturação.

Os custos e perdas extraordinários atingem o total de 594 milhares de euros e refletem as indemnizações e restituições a terceiros, a constituição de provisões para cobranças duvidosas, a desafetação de imobilizado do domínio público para o domínio privado e as regularizações de anos anteriores, registando-se a este nível uma diminuição de cerca de 53%.

Em 2014, os proveitos operacionais totalizam 68.673 milhares de euros, resultante das vendas, prestações de serviços, impostos e taxas e ainda transferências e subsídios obtidos. A este respeito destaca-se pela variação de cerca de 200% da rubrica 'Vendas de mercadorias e produtos'.

Os proveitos e ganhos financeiros totalizam 30 milhares de euros e traduzem, na sua maioria, em rendas recebidas pela exploração de diversos quiosques espalhados pelo concelho e pela exploração do bar/cafetaria do Parque Urbano da Albarquel e também pelos juros recebidos de remuneração dos depósitos à ordem durante o ano em análise.

Os proveitos extraordinários apresentam o valor de 6.664 milhares de euros que refletem os proveitos relacionados com alienação de lotes de terreno, com a aplicação de coimas no âmbito das funções fiscalizadoras da Autarquia, com a passagem dos proveitos com projetos comparticipados e com correções relativas a anos anteriores.

Em 2014, registou-se um aumento dos proveitos extraordinários devido à anulação das provisões para riscos e encargos de processos judiciais, que foram constituídas em anos anteriores, devido à sua resolução.

3.1. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos tiveram um ligeiro aumento, de 548 milhares de euros, em relação ao ano precedente, como se pode visualizar na demonstração de resultados. Este aumento resulta da despesa contraída para manter a funcionalidade das infraestruturas municipais apesar dos esforços continuados de contenção/racionalização da despesa.

De seguida, apresenta-se um quadro com as rubricas mais significativas que constituem os fornecimentos e serviços externos, a fim de se visualizar a sua evolução ao longo do triénio 2012-2014.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	Valores 2012	Valores 2013	Valores 2014	Acréscimo/ Decréscimo 2012/2013	Acréscimo/ Decréscimo 2013/2014
Resíduos sólidos	1.790	2.070	1.707	280	-363
Material de escritório	26	50	22	24	-28
Rendas e alugueres	1.222	1.113	1.035	-109	-78
Eletricidade	3.046	3.268	3.298	222	30
Limpeza, higiene e conforto	2.132	2.101	1.650	-31	-451
Conservações e reparações diversas	2.015	1.581	1.667	-434	86
Material para a rede viária	205	138	205	-67	67
Publicidade	405	392	435	-13	43
Trabalhos especializados	1.054	815	538	-239	-277
Prestações de serviços diversas + CEI's	0	4	650	4	646
Combustíveis	173	194	212	21	18
Água	837	737	751	-100	14
Vigilância e segurança	470	421	268	-49	-153
Transportes escolares	708	578	505	-130	-73
Assistências técnicas	146	182	166	36	-16
Alimentação (refeições escolares e outros)	756	873	881	117	8
Espetáculos culturais e recreativos	199	377	315	178	-62
Comunicações	353	400	319	47	-81
Feira de Santiago	0	0	521	0	521
Outros seguros	252	162	162	-90	0
Material de construção/conservação diversa	343	483	422	140	-61
Encargos de cobrança com receitas	666	672	767	6	95

*Nos anos 2012 e 2013 os custos com os CEI iam para a conta patrimonial de outros fornecimentos e serviços externos (62.2.98)
** Nos anos 2012 e 2013 os custos suportados com a Feira de Santiago iam para diversas contas patrimoniais consoante a sua natureza

3.2. Transferências e subsídios

Comparando com o ano transato, verificou-se um aumento de 64 milhares de euros na conta 'Transferências e subsídios concedidos' e uma diminuição de 2.075 milhares de euros na conta 'Transferências e subsídios obtidos', como se pode visualizar na demonstração de resultados.

Mais adiante no relatório iremos explanar mais pormenorizadamente, na execução orçamental, as transferências e subsídios obtidos e concedidos.

3.3. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes, os abonos variáveis ou eventuais, os seguros e os encargos inerentes à segurança social com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, a termo ou em qualquer outra situação. Estas diminuíram cerca de 850 milhares de euros relativamente ao ano transato.

As remunerações certas e permanentes diminuíram 722 milhares de euros, devido à diminuição generalizada de todas as rubricas que compõem as remunerações certas e permanentes excetuando o 'Pessoal aguardando aposentação' e o 'Pessoal em qualquer outra situação'.

Os abonos variáveis ou eventuais diminuíram 30 milhares de euros, sendo que as rubricas que contribuíram para este decréscimo de custos foram: as horas extraordinárias; os abonos para falhas; o subsídio de turno e os outros suplementos e prémios.

Os encargos sociais que incluem as despesas pagas com a rubrica 'Eventualidade maternidade, paternidade e adoção' aumentaram 19 milhares de euros.

Os seguros obtiveram uma diminuição de 117 milhares de euros, devido à redução da despesa com os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A conta 27.3.2 – Acréscimos de custos de remunerações, no montante de 2.994 de milhares de euros, contém as remunerações e respetivos encargos devidos pelo motivo de férias, cujo processamento e pagamento ocorre no ano 2015.

3.4. Impostos e taxas

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é o imposto com maior relevância na Autarquia, registando o valor de 24.432 milhares de euros, apresentando um aumento de 3.308 milhares de euros, face ao ano anterior (15,7%).

O Imposto Único de Circulação (IUC) arrecadou 2.971 milhares de euros, tendo uma diminuição de 33 milhares de euros.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) arrecadou 3.301 milhares de euros, obtendo um aumento de 398 milhares de euros.

A Derrama, com 4.439 milhares de euros, teve um aumento de 748 milhares de euros, sendo o segundo imposto com maior arrecadação da Autarquia.

A nível dos Impostos Abolidos como o nome indica são impostos que foram abolidos, mas que a sua cobrança ainda falta ser arrecadada para a Autarquia, apresentando assim valores arrecadados pouco significativos. A Contribuição Autárquica e o Imposto Municipal de Sisa, foram abolidos em 2004 e foram substituídos pelo Imposto Municipal sobre Imóveis e pelo Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, representando ambos o montante de 10 milhares de euros.

Em resumo:

Evolução comparativa

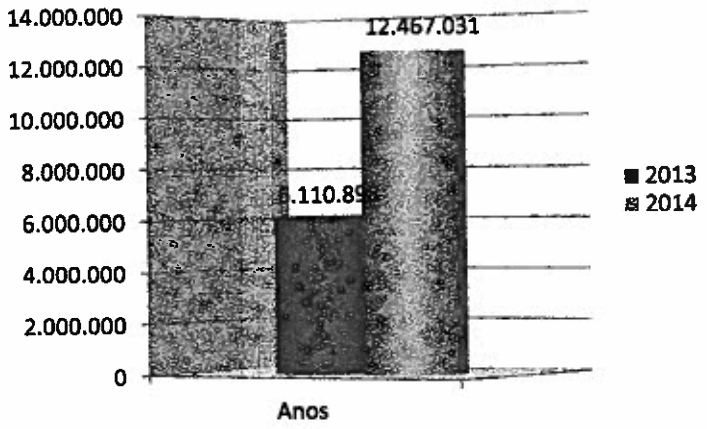
Milhares de euros

	2013	2014	Acréscimo/ Decréscimo
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.124	24.432	3.308
Imposto Único de Circulação	3.004	2.971	-33
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	2.903	3.301	398
Derrama	3.691	4.439	748
Contribuição Autárquica	0	0	0
Imposto Municipal de SISA	51	10	-41

3.5. Resultados operacionais

Os resultados operacionais no valor de 12.467 milhares de euros, aumentaram em comparação com o ano anterior (6.356 milhares de euros), resultante da redução dos custos operacionais, tais como: custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; das remunerações e respetivos encargos sociais; das provisões do exercício e dos outros custos e perdas operacionais, aliado ao aumento dos proveitos operacionais, tais como: as vendas de mercadorias e produtos; das prestações de serviços; dos impostos e taxas e dos outros proveitos e ganhos operacionais.

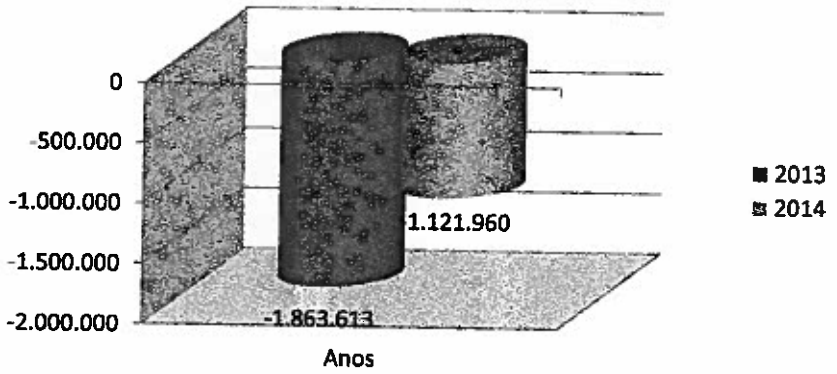
Representação gráfica – 2013/2014



3.6. Resultados financeiros

Os resultados financeiros no valor, negativo, de 1.122 milhares de euros apresentam uma melhoria de 742 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Esta situação resulta da diminuição dos juros dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, devido à sucessiva redução das taxas Euribor e da diminuição dos juros moratórios devidos pelo atraso no pagamento da faturação, conjugado com o aumento da renda de concessão do direito de exploração do bar/cafetaria do Parque Urbano da Albarquel.

Representação gráfica – 2013/2014

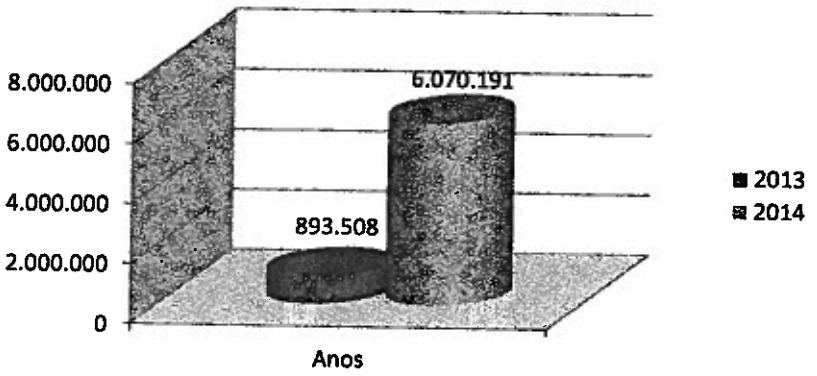


3.7. Resultados extraordinários

Os resultados extraordinários no valor de 6.070 milhares de euros, apresentam um aumento de 5.177 milhares de euros.

Este aumento é justificável pela diminuição dos custos e também devido ao aumento significativo dos proveitos extraordinários resultantes da alienação de imobilizado diverso e, principalmente, com a anulação das provisões para riscos e encargos de diversos processos judiciais que terminaram este ano, no valor total de 5.449 milhares de euros, nomeadamente, o da Orcisa no valor de 2.399 milhares de euros e o da Oikos no valor de 2.016 milhares de euros.

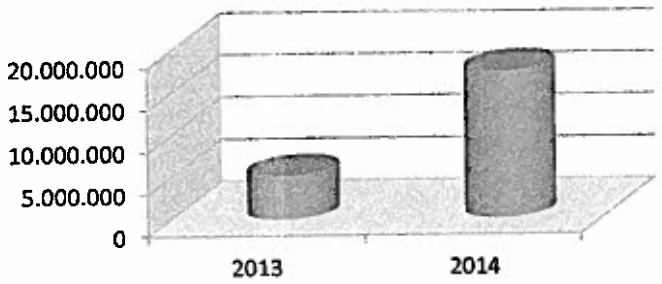
Representação gráfica – 2013/2014



3.8. Resultado líquido do exercício

O resultado líquido do exercício é de 17.415 milhares de euros.

Representação gráfica – 2013/2014



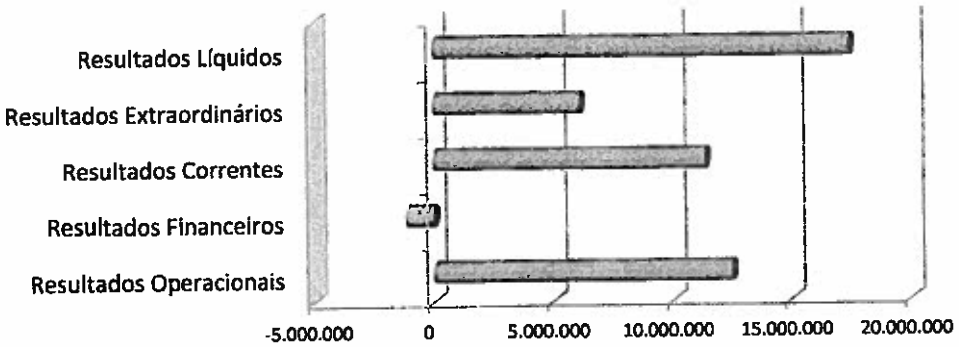
A título comparativo, temos que:

Evolução comparativa

Euros

	2013	2014	Crescimento	
			Valor	%
Resultados Operacionais	6.110.898	12.467.031	6.356.133	104,0
Resultados Financeiros	-1.863.613	-1.121.960	741.653	39,8
Resultados Correntes	4.247.285	11.345.070	7.097.785	167,1
Resultados Extraordinários	893.508	6.070.191	5.176.683	579,4
Resultados Líquidos	5.140.793	17.415.262	12.274.469	238,8

Representação gráfica – 2014



Estão acima representados, em síntese gráfica, a evolução dos resultados da Autarquia, em que se denota uma evolução positiva em todas as rubricas em consequência da aposta estratégia de contenção das despesas e do esforço continuado de arrecadação de receita.

4. Análise do Resultado Orçamental

4.1. Receita – Execução – Recebimentos

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013	2014	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	30.773	35.153	14,2	54,5
Impostos Indiretos	1.922	1.686	-12,3	2,6
Taxas Multas e Outras Penalidades	929	1.090	17,3	1,7
Rendimentos de Propriedade	6.481	5.803	-10,5	9,0
Transferências Correntes	13.649	12.584	-7,8	19,5
Venda de Bens Serviços Correntes	4.314	5.743	33,1	8,9
Outras Receitas Correntes	62	228	n.a.	0,4
Total Corrente	**58.130**	**62.287**	**7,2**	**96,5**
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	7	30	n.a.	0,0
Transferências de Capital	4.404	2.128	-51,7	3,3
Ativos Financeiros	25	21	-16,0	0,0
Passivos Financeiros	1.000	0	-100,0	0,0
Outras Receitas de Capital	300	0	-100,0	0,0
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	88	57	-35,2	0,1
Total Capital	**5.736**	**2.179**	**-62,0**	**3,4**
TOTAL GERAL	**63.954**	**64.523**	**0,9**	**100,0**

n.a. – não aplicável

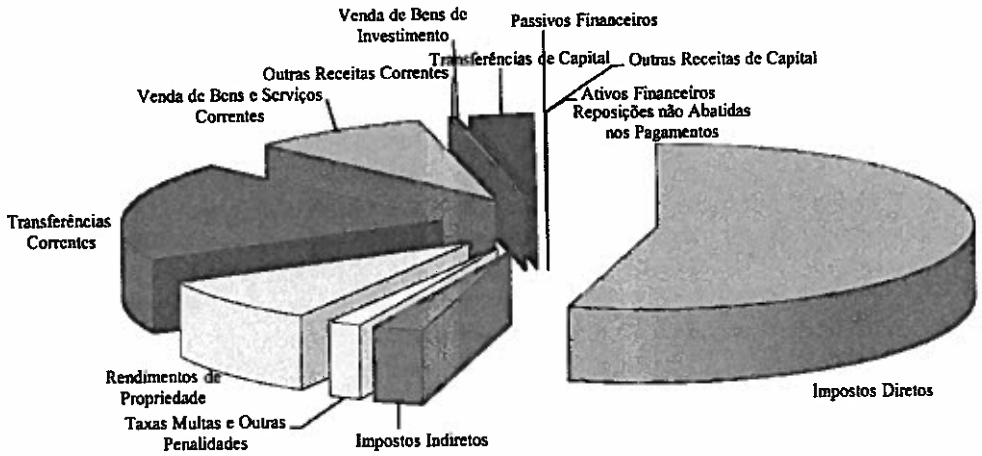
As receitas totais da autarquia aumentaram ligeiramente 0,9%, ou seja no montante de 569 milhares de euros, resultante do aumento do recebimento de receita corrente de 4.157 milhares de euros, apesar da diminuição das receitas de capital, em 3.557 milhares de euros.

A receita com maior peso (54,5%) nas receitas correntes continua a ser a dos Impostos Diretos com o montante de 35.153 milhares de euros, destacando-se novamente o Imposto Municipal sobre Imóveis com 21.124 milhares de euros. De notar que as Transferências Correntes diminuiram cerca de 1.065 milhares de euros,

em grande parte, pelo fim do apoio da administração central (DRELVT) do pagamentos das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

As receitas de capital diminuíram relativamente ao ano transato em 62,0% explicável pela diminuição das transferências de capital em cerca de 2.276 milhares de euros devido à diminuição do pagamento das comparticipações das diversas candidaturas no âmbito do QREN – Quadro Nacional de Referência Estratégica Nacional (arrecadação de 1.189 milhares de euros), pois terminaram 8 operações durante o ano 2014, e pela diminuição a 100% dos passivos financeiros devido à autarquia não ter recorrido à contratação de nenhum empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, como foi efetuado nos últimos dois anos.

Distribuição – 2014



4.1.1. Impostos diretos

Os impostos diretos totalizam 35.153 milhares de euros, tendo um aumento de 4.380 milhares de euros em relação ao valor arrecadado no ano precedente.

Decompondo os impostos diretos, verificamos que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentou um aumento de 3.308 milhares de euros devido à reavaliação efetuada pela Autoridade Tributária aos imóveis. Esta reavaliação foi realizada através do agravamento do coeficiente de localização e do aumento da taxa aplicada. De forma a evitar um aumento abrupto da cobrança deste imposto foi criado um regime transitório o qual permitiu um aumento gradual em 2013 e 2014.

O Imposto Único de Circulação (IUC) teve uma diminuição de 33 milhares de euros.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama aumentaram 398 e 748 milhares de euros, respetivamente.

Os impostos abolidos tiveram a sua diminuição natural de 41 milhares de euros, tendo sido apenas arrecadado em 2014 o montante de 10 milhares de euros.

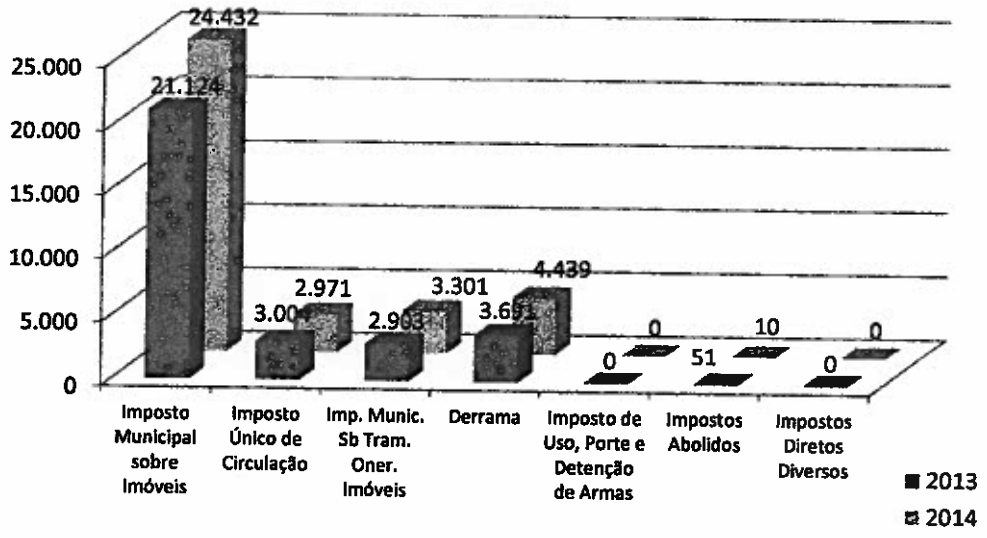
Evolução comparativa

Milhares de euros

	Execução 2013	Dotação 2014	Execução 2014	% Execução 2014	Variação
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.124	15.538	24.432	157,2	15,7
Imposto Único de Circulação	3.004	2.650	2.971	112,1	-1,1
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	2.903	3.698	3.301	89,3	13,7
Derrama	3.691	4.083	4.439	108,7	20,3
Imposto de Uso, Porte e Detenção de Armas	0	0,100	0	0,0	n.a.
Impostos Abolidos	51	0,300	10	n.a.	-80,4
Impostos Diretos Diversos	0	0,100	0	0,0	n.a.
TOTAL	**30.773**	**25.970**	**35.153**	**135,4**	**14,2**

n.a. – não aplicável

Representação gráfica – 2013/2014



4.1.2. Impostos indiretos

Os impostos indiretos têm uma execução de 1.686 milhares de euros, reduzindo 12,3% relativamente ao ano de 2013, cerca de 236 milhares de euros. Destes impostos, destacam-se as entradas de receita de 872 milhares de euros, compostos pelas taxas municipais de direitos de passagem e de proteção civil, entre outros.

Também se destacam as receitas recebidas a ocupação de via pública (outros) com 444 milhares de euros, a publicidade com 134 milhares de euros, as taxas de infraestruturas com 91 milhares de euros e as licenças para obras com 73 milhares de euros.

A diminuição verificada nas rubricas 'Licenças de obras' e de 'Taxas de infraestruturas' estão diretamente ligadas com a crise no sector imobiliário.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	Dotação 2014	Execução 2014	Execução 2013	% Execução 2014	Variação
Loteamentos	203	6	3	3,0	100,0
Licenças de obras	297	73	307	24,6	-76,2
Utilização de Edificações	48	22	17	45,8	29,4
Taxas de Vistorias	10	5	6	50,0	-16,7
Encargos de Mais-Valias	36	4	28	11,1	-85,7
Taxas de Infraestruturas	230	91	153	39,6	-40,5
Outros (Loteamentos/Obras)	12	13	10	108,3	30,0
Ocupação via pública (obras)	6	12	4	200,0	200,0
Instalações abastecedoras	7	10	3	142,9	233,3
Outros (Ocupação Via Pública)	338	444	303	131,4	46,5
Publicidade	254	134	195	52,8	-31,3
Taxa Municipal de Proteção Civil	2.575	805	863	31,3	-6,7
Diversos	26	67	30	257,7	123,3
TOTAL	**4.042**	**1.686**	**1.922**	**41,7**	**-12,3**

4.1.3.Taxas, multas e outras penalidades

Esta rubrica teve um aumento de 160 milhares de euros em relação ao ano anterior, quebrando com a tendência de decréscimo verificado no período 2009/2013.

As taxas específicas das autarquias locais aumentaram 135 milhares de euros e as multas e outras penalidades (contraordenações) aumentaram 25 milhares de euros, como se pode evidenciar no quadro abaixo.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013	2014	Crescimento	Variação %
Taxas específicas das autarquias locais	764	899	135	-15,0
Multas e outras penalidades	165	190	25	-13,2

4.1.4. Rendimentos de propriedade

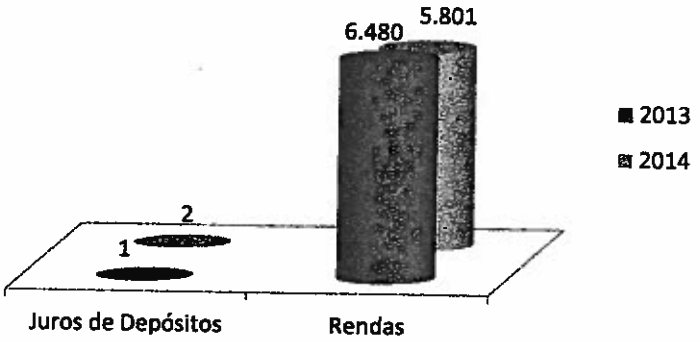
Os rendimentos de propriedade diminuíram em relação ao ano anterior, cerca de 678 milhares de euros, com o aumento dos juros dos depósitos em 1 milhar de euros e com a diminuição das rendas em 679 milhares de euros, mantendo assim a tendência de decréscimo desta rubrica nos anos 2012/2013, sobretudo em consequência do fim da renda dos centros electroprodutores.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	Execução 2013	Dotação 2014	Execução 2014	% Execução 2014	Variação
Juros de Depósitos	1	8	2	25,0	100,0
Rendas	6.480	15.952	5.801	36,4	-10,5
TOTAL	**6.481**	**15.960**	**5.803**	**36,4**	**-10,5**

Representação gráfica – 2013/2014



4.1.5. Transferências e subsídios

As transferências provenientes do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, perfazem o montante de 11.224 milhares de euros, diminuindo 318 milhares de euros comparativamente ao ano de 2013.

As outras transferências decorrem maioritariamente da DRELVT (fornecimento de refeições ao 1.º ciclo do ensino básico e auxiliares de ação educativa) e do FEDER (comparticipação das candidaturas no âmbito do QREN: ampliação e modernização do Fórum Municipal Luísa Todi; requalificação e modernização do Mercado do Livramento; recuperação do Convento de Jesus; escola Afonso Costa; reconversão dos espaços comuns do bairro da Bela Vista; resiliência Setúbal +; igualdade de género num município participado; remodelação e ampliação do campo municipal de futebol da Bela Vista; construção da escola básica Luísa Todi; entre outros).

Evolução comparativa

Milhares de euros

Receita (Valor recebido)

Transferências	Valor 2013	Valor 2014	Variação %
FEF/FSM/IRS			
Correntes	10.662	10.784	-1,1
Capital	880	440	100,0
Fundos Comunitários			
Correntes	0	0	0,0
Capital	3.472	1.224	183,7
Outras transferências			
Correntes	2.987	1.801	65,9
Capital	52	463	-88,8
Total	**18.053**	**14.712**	**22,7**

As transferências para as Juntas de Freguesia no montante de 2.708 milhares de euros decorrem da delegação de competências municipais. As outras transferências correntes decorrem maioritariamente do apoio ao programa de Ação Social Escolar – Refeições Escolares e suplemento alimentar; no apoio para material de desgaste e visitas de estudo no ano letivo 2013/2014; no apoio de livros e material escolar no ano letivo 2014/2015 e apoios financeiros às associações e coletividades setubalenses para realização de atividades de dinamização cultural, recreativa, social e desportiva.

De ressalvar que houve um aumento exponencial dos pagamentos à AMRS por efeito do início do pagamento em prestações da dívida de 328 milhares de euros referente à comparticipação do Projeto "Setúbal Península Digital" para ser paga em 48 prestações.

Por último, o aumento dos pagamentos de outras transferências de capital, no montante de 187 milhares de euros, correspondente a apoios concedidos no ano 2013 e que não foram pagos devido a dificuldades de tesouraria.

Evolução comparativa

Milhares de euros

Despesa (Valor pago)

Transferências	Valor 2013	Valor 2014	Variação %
Correntes			
AML	12	47	-74,5
AMRS	20	329	-93,9
ANMP	6	6	0,0
AIA	7	7	0,0
Freguesias			
Protocolos	2.446	2.708	-9,7
Outras	4	3	33,3
Outras transferências	2.597	1.887	37,6
Subtotal	**5.092**	**4.987**	**2,1**
Capital			
Outras	208	395	-47,3
Subtotal	**208**	**395**	**-47,3**
Total	**5.300**	**5.382**	**-1,5**

4.2. Despesa – Execução – Pagamentos

No que diz respeito à desagregação da despesa e em termos comparativos temos que:

Evolução comparativa

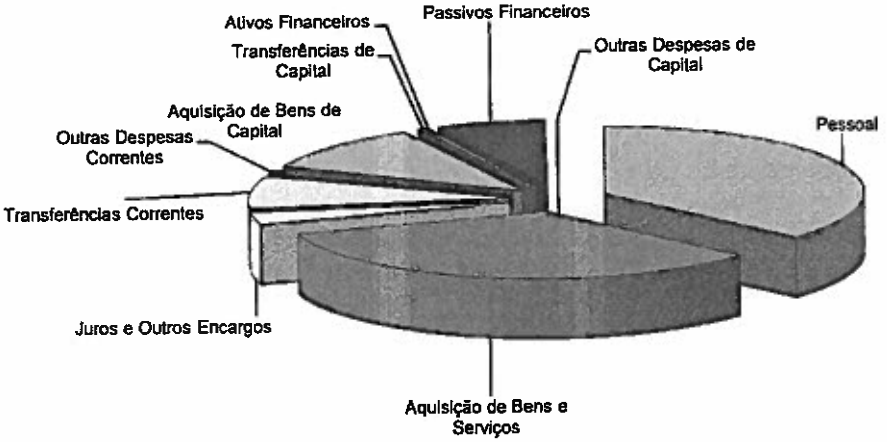
Milhares de euros

	2013	2014	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Despesas Correntes				
Pessoal	25.073	24.223	-3,4	36,9
Aquisição de Bens e Serviços	13.268	21.945	65,4	33,4
Juros e Outros Encargos	764	1.895	148,0	2,9
Transferências Correntes	5.092	4.987	-2,1	7,6
Outras Despesas Correntes	339	539	59,0	0,8
Total Corrente	**44.536**	**53.589**	**20,3**	**81,7**
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens de Capital	11.969	7.149	-40,3	10,9
Transferências de Capital	208	395	89,9	0,6
Ativos Financeiros	0	0	n.a.	0,0
Passivos Financeiros	5.469	4.480	-18,1	6,8
Outras Despesas de Capital	0	0	n.a.	0,0
Total Capital	**17.646**	**12.024**	**-31,9**	**18,3**
TOTAL GERAL	**62.182**	**65.613**	**5,5**	**100,0**

n.a. – não aplicável

Em termos gráficos e durante 2014, a despesa comportou-se dos seguintes pagamentos:

Representação gráfica – 2014



As despesas pagas totalizaram o montante de 65.613 milhares de euros, registando um aumento de 5,5%, relativamente ao ano anterior, no montante de 3.431 milhares de euros.

As despesas pagas com as despesas correntes tiveram um aumento de 20,3%, em que apenas as rubricas Despesas com Pessoal e Transferências Correntes, que compõem as despesas correntes, diminuíram no montante de 850 e 105 milhares de euros respetivamente.

Os pagamentos de despesas de capital tiveram uma diminuição de 31,9% relativamente ao ano anterior, devido à diminuição das rubricas Aquisição de Bens de Capital no valor de 4.820 milhares de euros e dos Passivos Financeiros no valor de 989 milhares de euros, apesar do aumento da rubrica Transferências de Capital em 187 milhares de euros.

O mapa que a seguir se apresenta explana a despesa orçamental com as rubricas de pessoal, não estando incluídos os valores das contas de acréscimos de custos (27.3.2), por efeitos da aplicação do princípio da especialização.

Evolução comparativa

Milhares de euros

	2013		2014		Acréscimo/ Decréscimo
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Remunerações certas e permanentes					
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	158	0,63	185	0,76	27
Pessoal dos quadros	13.619	54,32	13.045	53,85	-574
Pessoal contratado a termo	286	1,14	103	0,43	-183
Pessoal em regime de tarefa ou avença	191	0,76	125	0,52	-66
Pessoal aguardando aposentação	36	0,14	92	0,38	56
Pessoal em qualquer outra situação	396	1,58	485	2,00	89
Representação	107	0,43	100	0,41	-7
Subsídio de refeição	1.370	5,46	1.348	5,56	-22
Subsídio de férias e natal	2.482	9,90	2.440	10,07	-42
Abonos variáveis ou eventuais					
Horas extraordinárias	882	3,52	847	3,50	-35
Ajudas de custo	51	0,20	71	0,29	20
Abono para falhas	37	0,15	35	0,14	-2
Subsídio de turno	393	1,57	368	1,52	-25
Indemnizações por cessação de funções	2	0,01	40	0,17	38
Outros suplementos e prémios	73	0,29	47	0,19	-26
Segurança social					
Outros encargos com a saúde	0	0,00	0	0,00	0
Subsídio familiar a crianças e jovens	126	0,50	120	0,50	-6
Outras prestações familiares	60	0,24	69	0,28	9
Assistência na doença dos funcionários públicos	645	2,57	216	0,89	-429
Segurança social dos funcionários públicos	2.944	11,74	3.399	14,03	455
Segurança social - regime geral	746	2,98	733	3,03	-13
Outros	0	0,00	0	0,00	0
Seguros					
Acidentes em serviços e doenças profissionais	5	0,02	8	0,03	3
Outras pensões	0	0,00	0	0,00	0
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	375	1,50	255	1,05	-120
Seguros de saúde	0	0,00	0	0,00	0
Outras despesas de segurança social					
Eventualidade, maternidade, paternidade e adoção	89	0,35	92	0,38	3
Total	**25.073**	**-**	**24.223**	**-**	**-850**

4.5.1

4.3. Despesas por unidade orgânica

Estão aqui apresentados os valores comprometidos nas diversas unidades orgânicas municipais. Assim, salienta-se que estão incluídos, além dos valores assumidos em 2014 no montante de 62.740 milhares de euros, os valores que se encontravam por pagar de anos transatos, no montante de cerca de 53.354 milhares de euros. Ressalva-se que do montante respeitante a anos anteriores, foram pagos cerca de 20.774 milhares de euros, encontrando-se no final do ano 2014 por pagar 50.481 milhares de euros.

Milhares de euros

Ano 2014		Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Compromissos por Pagar
Código	Unidade Orgânica	Do Exercício Anterior	Do Exercício	De Compromissos Exercícios Anteriores	De Compromissos do Exercício	
01	Administração Autárquica					
01.01	Assembleia Municipal	0	29	0	29	0
01.02	Câmara Municipal	9.894	14.793	3.882	9.936	10.869
01.03	Operações Financeiras	1.929	5.773	883	5.492	1.327
02	Departamento de Administração Geral e Finanças	2.714	6.738	1.211	5.176	3.066
03	Departamento de Recursos Humanos	2.154	2.134	137	1.473	2.679
04	Departamento de Urbanismo	1.392	2.053	230	1.862	1.352
05	Departamento de Obras Municipais	11.826	10.045	3.596	5.558	12.716
06	Departamento de Ambiente e Atividades Económicas	19.254	8.970	8.415	5.523	14.286
07	Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social	4.102	9.651	2.375	7.270	4.108
08	Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	89	2.554	45	2.520	78
TOTAL GERAL		53.354	62.740	20.774	44.839	50.481

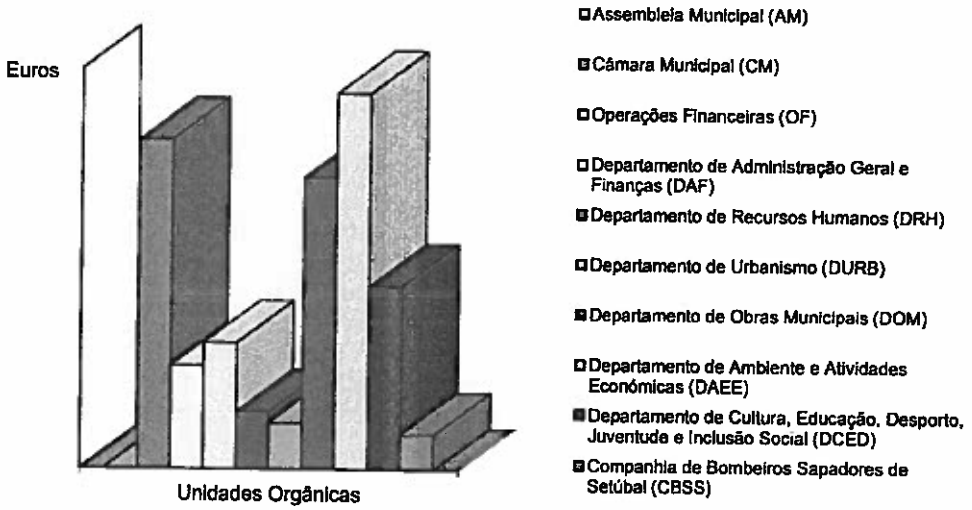
No conjunto das unidades orgânicas o Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAEE) apresenta 28.224 milhares de euros de compromissos. Esta situação resulta da operacionalidade do departamento visível a nível da limpeza e higiene pública que inclui as despesas realizadas com a desratização/desbaratização/desinsectização, do tratamento dos resíduos sólidos e da conservação/manutenção de zonas verdes.

A unidade orgânica Câmara Municipal (CM) engloba os custos de funcionamento relativos a água e luz e os custos da atividade dos diversos gabinetes municipais, tais como: Saúde; Planeamento Estratégico; de Apoio às Freguesias; Serviço Municipal de Proteção Civil; Turismo; Centros Históricos; Auditoria Interna; Gestão de Infraestruturas de Águas e Saneamento. É onde também são assumidas as despesas relativas com a delegação de competências com as juntas de freguesia e das obras no âmbito do Plano Bienal, atingindo uma execução de 24.687 milhares de euros.

O Departamento de Obras Municipais (DOM), com o montante de 21.871 milhares de euros, é também um departamento cuja funcionalidade se baseia na sua intervenção no âmbito das obras municipais. São assumidas por este departamento as despesas relacionadas com os combustíveis para as viaturas da frota municipal e diversa maquinaria de intervenção, os fornecimentos contínuos para a reparação e manutenção das viaturas da frota municipal, os fornecimentos contínuos dos materiais referentes a serralharia, eletricidade, construção civil, pintura e canalização, com a locação de viaturas para toda a estrutura orgânica da autarquia, para além de diversas obras no concelho. Da responsabilidade deste departamento salienta-se a estratégia delineada para o ano 2014: recuperação e valorização do Convento de Jesus; infra-estruturação de arruamentos em Vale de Cães – Brejos de Azeitão; recuperação do antigo edifício da agência do Banco de Portugal; reparação de fogos nos diversos bairros habitacionais municipais; conservação e reparação de diversas escolas e recuperação e manutenção da rede viária do concelho e conservação.

Por último, segue-se o Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED) com o montante de 13.753 milhares de euros, responsável pela atividade a nível cultural, desportiva, educativa e social do Município. A nível da educação é de salientar que grande parte da despesa assumida por este departamento vai para a Ação Social Escolar: transportes; refeições; materiais de desgaste, entre outros. Realizam igualmente um conjunto de atividades desportivas, recreativas e sociais, tais como: marchas populares; jogos do sado; festróia; mês da juventude; piquenicão; festas bocageanas; nosso bairro, nossa cidade; festivais gastronómicos; entre outras.

Representação gráfica – 2014



4.4. Grandes Opções do Plano

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que incluem o PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o PAM – Plano de Atividades Municipais, são ferramentas indispensáveis à gestão municipal, aferindo quais as funções abrangidas pela atividade municipal, durante o período.

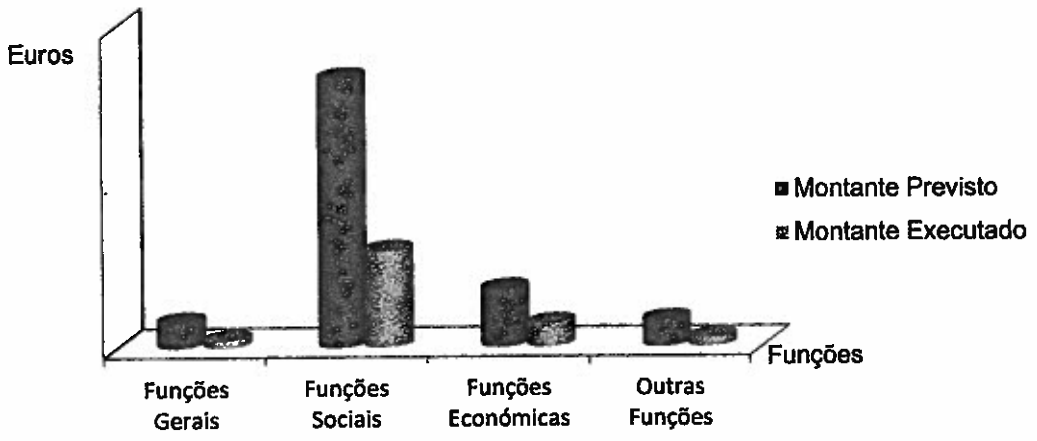
No quadro seguinte apresentamos as taxas de execução dos objetivos, e também o peso de cada um relativamente ao total executado no ano 2014.

Verificamos que as Funções Sociais foram as que apresentaram maior taxa de execução com 70,5%; seguidas das Funções Económicas com 17,0% e das Outras Funções com 6,4%, e por último, as Funções Gerais com 6,0%.

Euros

Ano 2014	Montante Previsto	Montante Executado	% do Montante Executado / Montante Previsto	% Montante Executado
Funções Gerais	4.773.800,00	1.542.522,84	32,3	6,0
Funções Sociais	50.460.470,00	18.038.553,11	35,7	70,5
Funções Económicas	10.756.900,00	4.361.384,53	40,5	17,0
Outras Funções	4.926.200,00	1.644.191,88	33,4	6,4
Total	**70.917.370,00**	**25.586.652,36**	**36,1**	**100,0**

Representação gráfica – 2014



Analisando as Grandes Opções do Plano, estas previam no ano de 2014 uma dotação inicial de 70.922 milhares de euros, tendo a dotação final atingido o valor de 70.917 milhares de euros. Por seu lado, da dotação final foram cabimentadas despesas no montante de 67.060 milhares de euros, em que foram assumidas despesas no montante de 65.141 milhares de euros e foram realizados pagamentos no valor de 25.587 milhares de euros, conforme mapa seguinte.

Euros

OBJ	FUNÇÃO	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL (%)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	
1.	**FUNÇÕES GERAIS**	**4.570.200,00**	**4.773.800,00**	**4.522.932,58**	**4.466.806,26**	**1.542.522,84**	**32,31**
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.980.500,00	1.691.100,00	1.583.459,21	1.527.332,89	789.563,16	46,69
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	2.589.700,00	3.082.700,00	2.939.473,37	2.939.473,37	752.959,68	24,43
2.	**FUNÇÕES SOCIAIS**	**51.154.370,00**	**50.460.470,00**	**47.591.479,81**	**46.234.906,91**	**18.038.553,11**	**35,75**
2.1.	EDUCAÇÃO						
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	7.354.600,00	6.741.300,00	5.896.654,06	5.834.584,50	2.434.419,20	36,11
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.	SAÚDE						
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	13.700,00	13.700,00	6.118,17	6.118,17	3.701,44	27,02
2.3.	SEGURANÇA E AÇÕES SOCIAIS						
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	875.950,00	808.450,00	712.636,09	712.636,09	513.666,80	63,54
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS						
2.4.1.	HABITAÇÃO	1.367.740,00	1.081.740,00	1.031.900,98	877.607,78	102.386,93	9,47
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	3.402.100,00	3.871.900,00	3.629.077,46	3.278.166,17	794.618,62	20,52
2.4.3	SANEAMENTO	4.524.900,00	4.549.100,00	4.046.554,26	3.796.713,83	1.022.551,07	22,48
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3.435.100,00	4.416.700,00	4.087.095,23	3.695.744,92	1.195.809,09	27,07
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	12.121.500,00	11.538.400,00	11.536.763,44	11.536.763,44	5.375.093,84	46,58
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	12.335.400,00	11.465.000,00	11.100.157,60	10.976.790,07	3.838.844,11	33,48
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS						
2.5.1.	CULTURA	4.647.900,00	4.940.200,00	4.589.349,36	4.583.368,26	2.285.050,92	46,25
2.5.2	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.075.480,00	1.033.980,00	955.173,16	936.413,68	472.411,09	45,69
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.	**FUNÇÕES ECONÓMICAS**	**10.496.000,00**	**10.758.900,00**	**10.357.850,14**	**10.003.993,32**	**4.361.384,53**	**40,54**
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	5.309.600,00	5.389.600,00	5.267.944,26	5.227.055,21	3.237.896,46	60,08
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.612.700,00	2.575.400,00	2.453.474,87	2.247.414,94	605.980,65	23,53
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO						
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1.103.400,00	1.174.400,00	1.137.245,48	1.107.245,48	96.474,28	8,21
3.4.2.	TURISMO	406.100,00	409.100,00	357.312,14	354.715,88	201.536,98	44,2
3.5.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.064.200,00	1.208.400,00	1.141.873,39	1.067.551,81	219.494,16	18,16
4.	**OUTRAS FUNÇÕES**	**4.701.600,00**	**4.926.200,00**	**4.587.429,38**	**4.435.732,48**	**1.644.191,88**	**33,38**
4.1.	OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	4.701.600,00	4.926.200,00	4.587.429,38	4.435.732,48	1.644.191,88	33,38
TOTAL GERAL		**70.922.170,00**	**70.917.370,00**	**67.059.691,91**	**65.141.438,97**	**25.586.652,36**	**38,08**

É de referir que as Funções Sociais representam claramente as prioridades e orientações estratégicas do Executivo, assumindo despesas no valor de 46.235 milhares de euros, tendo um peso de 71%.

Nelas destacam-se as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação de necessidades no âmbito dos resíduos sólidos (11.537 milhares de euros), da proteção do meio ambiente (10.977 milhares de euros), da educação (5.835 milhares de euros), da cultura (4.583 milhares de euros), do saneamento (3.797 milhares de euros) e do abastecimento de água (3.696 milhares de euros).

Em relação às Funções Económicas, estas somam o valor de 10.004 milhares de euros e representam no total 17%, compreendendo entre outras as despesas com a indústria e energia (5.227 milhares de euros), com transportes e comunicações (2.247 milhares de euros), com os mercados e feiras do concelho (1.107 milhares de euros) e o turismo (355 milhares de euros).

As Funções Gerais, com despesas assumidas de 4.467 milhares de euros, representando um peso de 6%, abrangem as atividades de âmbito geral da administração da Autarquia integrando as despesas inerentes ao funcionamento, modernização dos serviços, tais como despesas com aquisição de equipamento, modernização de processos administrativos, organização interna de fluxos de informação, entre outros.

Por último, as Outras Funções com 4.436 milhares de euros, com um peso de 6%, com despesas assumidas no âmbito da publicitação das atividades municipais e da realização de investimento em candidaturas comparticipadas.

5. Rácios

Estrutura do endividamento de médio e longo prazo

Este rácio demonstra a relação da dívida de médio e longo prazo e o passivo total da Autarquia, sabendo assim qual o nível da dívida.

	2013	2014
$\frac{\text{Empréstimos M/L Prazo}}{\text{Passivo}}$	34%	33%

Em conclusão, o passivo é constituído em 33% por empréstimos de médio e longo prazo.

Liquidez imediata

Este rácio mede a capacidade da autarquia em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas as disponibilidades financeiras imediatas, tais como o dinheiro em caixa e os depósitos.

	2013	2014
$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Exigível de Curto Prazo}}$	23%	15%

Em conclusão, as disponibilidades cobrem 15% das dívidas de curto prazo do município.

6. Indicadores de Análise Orçamental

O quadro seguinte permite analisar o comportamento de alguns indicadores que completam e confirmam a análise sumariamente descrita anteriormente, de forma a obter uma visão objetiva da atividade desenvolvida pelo Município.

Assim:

Indicadores Globais	2011	2012	2013	2014
Equilíbrio Legal				
Receitas Correntes/Despesas Correntes	1,17	1,24	1,31	1,16
Despesas Pessoal Quadro/Receitas Correntes (ano anterior)	0,25	0,26	0,24	0,22
Meios Humanos				
Despesas de Pessoal/Munícipes (censos 2001/2011)	0,23	0,19	0,21	0,21
Meios Financeiros				
Impostos Diretos/Munícipes (censos 2001/2011)	0,23	0,23	0,25	0,31
Aquisição de Bens e Serviços/Munícipes (censos 2001/2011)	0,11	0,12	0,11	0,19
Investimento/Munícipes (censos 2001/2011)	0,09	0,13	0,10	0,06
FEF+FSM+IRS/Despesas Totais	0,18	0,17	0,19	0,17
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	0,54	0,58	0,95	2,05
Passivos Financeiros/Investimento	0,45	0,38	0,46	0,63
Indicadores de Eficácia				
Receita Total/Receita Final Orçada	0,55	0,50	0,51	0,51
Despesa Executada/Despesa Final Orçada	0,54	0,51	0,47	0,52
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
Receitas Correntes/Receitas Totais	0,86	0,84	0,85	0,96
Receitas Capital/Receitas Totais	0,14	0,16	0,08	0,03
Investimento/Investimento Previsto	0,28	0,37	0,31	0,23
Investimento/Despesas de Pessoal	0,39	0,71	0,48	0,29
Investimento/Despesas de Funcionamento	0,22	0,36	0,31	0,29
Investimento/(Transferências + Subsídios)	1,71	3,00	2,35	1,33
(Transferências + Subsídios)/Receita Total	0,29	0,34	0,20	0,23
Impostos/Receitas Correntes	0,51	0,53	0,56	0,57
Grandes Opções Plano/Despesas de Funcionamento	0,48	0,64	0,58	1,03

Nota: Total de munícipes – 113.934

7. Análise dos compromissos assumidos e por pagar

7.1. Compromissos assumidos

Milhares de euros

	2013	2014		
	Total	Do Exercício Anterior	Do Exercício	Total
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	26.982	1.901	24.702	26.603
Aquisição de Bens	4.717	3.007	2.115	5.122
Aquisição de Serviços	38.631	26.287	15.981	42.268
Juros e outros encargos	2.717	1.929	1.293	3.222
Transferências Correntes	6.249	1.145	5.135	6.280
Outras despesas correntes	818	463	646	1.109
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	31.083	18.394	8.134	26.528
Transferências de Capital	436	228	254	482
Ativos Financeiros	0	0	0	0
Passivos Financeiros	5.469	0	4.480	4.480
Outras despesas de capital	0	0	0	0
TOTAL	**117.102**	**53.354**	**62.740**	**116.094**

Como se pode verificar no quadro acima referido, o valor dos compromissos assumidos em 2014 foi de cerca de 62.740 milhares de euros, totalizando o montante de 116.094 milhares de euros com os compromissos transitados, havendo uma redução de 1.008 milhares de euros nas despesas assumidas.

7.2. Compromissos por pagar

Milhares de euros

	2011	2012	2013	2014
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	1.220	1.657	1.909	2.380
Aquisição de Bens	1.512	2.237	3.064	3.481
Aquisição de Serviços	17.568	21.807	27.015	21.964
Juros e outros encargos	973	1.375	1.952	1.327
Transferências Correntes	310	654	1.158	1.293
Outras despesas correntes	546	409	479	570
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	20.458	18.413	19.114	19.379
Transferências de Capital	0	320	228	87
Ativos Financeiros	0	0	0	0
Passivos Financeiros	9	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0
TOTAL	**42.596**	**46.872**	**54.919**	**50.481**

Após análise do quadriénio 2011-2014, verifica-se que houve um aumento progressivo dos compromissos por pagar ao longo dos anos 2011 a 2013. No ano 2014, esta tendência inverteu-se e houve uma redução nos compromissos por pagar no montante de 4.438 milhares de euros.

8. Fluxos de Caixa

Este mapa diferencia os recebimentos e pagamentos relacionados com a execução orçamental corrente e de capital, bem como as operações de tesouraria, espelhando sinteticamente o processo de execução das receitas e despesas, bem como os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

2014

Milhares de euros

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		5.273	Despesas orçamentais		65.613
Execução orçamental	3.331		Correntes	53.589	
Operações de tesouraria	1.942		Capital	12.024	
Receitas orçamentais		64.523	Operações de tesouraria		8.775
Correntes	62.287				
Capital	2.179		Saldo para a gerência seguinte		3.991
Outras	57		Execução orçamental	2.241	
			Operações de tesouraria	1.750	
Operações de tesouraria		8.583			
Total		**78.379**	**Total**		**78.379**

O saldo da gerência anterior foi de 5.273 milhares de euros, composto por 3.331 milhares de euros de execução orçamental e 1.942 milhares de euros de operações de tesouraria.

Durante o ano foram arrecadados 64.523 milhares de euros em receitas orçamentais e realizaram-se 65.613 em despesas orçamentais, sendo o montante de execução orçamental para a gerência seguinte de 2.241 milhares de euros.

Nas operações de tesouraria foram arrecadadas 8.583 milhares de euros e realizados 8.775 milhares de euros, sendo o montante de 1.750 milhares de euros transitado para a gerência seguinte.

9. Dívida Bancária Municipal

No final de 2014, o valor do capital em dívida dos empréstimos municipais era de 39.559 milhares de euros, tendo vindo a diminuir continuadamente ao longo do triénio 2012-2014.

Milhares de euros

Dívida Municipal	2012	2013	2014
Capital em dívida em 01/jan	54.644	48.508	44.039
Juros	658	321	275
Amortizações	6.208	5.469	4.480
Capital em dívida em 31/dez	48.508 (1)	44.039 (2)	39.559
Endividamento Bancário Líquido	**6.136**	**4.469**	**4.480**

(1) Foi libertado 72 milhares de euros, em agosto, referente ao empréstimo Prohabita

(2) Foi libertado 1.000 milhares de euros, em março, referente ao empréstimo de curto prazo

Em 2012 diminuiu, 6.136 milhares de euros apesar da libertação de verba de 72 milhares de euros referentes ao empréstimo para a reabilitação de 39 fogos habitacionais no âmbito do Prohabita – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação.

Em 2013, diminuiu 4.469 milhares de euros, não tendo a contração do empréstimo de curto prazo, no montante de 1.000 milhares de euros, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, tido algum impacto no endividamento bancário líquido, pois o referido empréstimo foi contraído e totalmente amortizado durante o ano económico de 2013.

Em 2014, diminuiu 4.480 milhares de euros, não tendo a Autarquia contratado nenhum novo empréstimo, nem solicitado libertação de verba dos empréstimos já contraídos. É de ressalvar que a Autarquia está a concretizar a intervenção de reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças no âmbito do programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional "Reabilitar para Arrendar" promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação, IP (IHRU), cujo financiamento deste programa é efetuado através da concessão de um empréstimo, num montante de até 221.923 euros, que aguarda minuta para envio para Visto do Tribunal de Contas para produzir efeitos.

No período 2012/2013, o endividamento bancário líquido diminuiu cerca de 1.667 milhares de euros explicável pelo fim dos cinco empréstimos contraídos em 2012 com o Banco Santander Totta e pelo pagamento das amortizações dos empréstimos contraídos no âmbito do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. No período 2013/2014, aumentou cerca de 11 milhares de euros devido à diminuição das amortizações anuais dos empréstimos n.ºs 1729/491; 1732/491; 1751/091 e 1753/791 contraídos junto da Caixa Geral de Depósitos.

10. Endividamento Municipal

Até ao ano 2014, os limites do endividamento eram calculados de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. A Lei das Finanças Locais em vigor até então, em que o endividamento líquido municipal era equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Em janeiro de 2014, entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que é estabelecido um novo indicador para o endividamento municipal – a Dívida Total.

A Dívida Total corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais (incluem, para além das cauções, os valores que estejam em dívida de operações de tesouraria, bem como receitas cobradas para terceiros). À dívida total apurada do Município acresce as dívidas totais de todas as entidades relevantes.

Em 2014 foi apurado o limite da Dívida Total, sendo que este corresponde a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, no montante de 83.635 milhares de euros.

A Dívida Total da Autarquia foi de 75.703 milhares de euros, que somando as Dívidas Totais das entidades relevantes perfaz o montante de 75.704 milhares de euros.
A situação da Dívida Total do Município de Setúbal face ao limite legal apresenta uma margem no valor de 7.931 milhares de euros, conforme quadro ilustrativo.

Limite da DBM (1)	83.635.188,77
Dívida Total (2)	75.702.810,60
Contribuição AM, SM e SEL para a DBM (3)	1.009,69
Dívida Total a considerar (4 = 2 + 3)	75.703.820,29
Situação da DBM face ao limite (5 = 1 - 4)	7.931.368,48

Margem
7.931.368,48

Como a Autarquia tem vigente um Contrato de Reequilíbrio Financeiro (CRF) celebrado em 2004, de acordo com o Artigo 86.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, têm de ser apurados ambos os indicadores. Assim, indica-se de seguida o cálculo do endividamento líquido:

Quadro 1 – Demonstração dos limites ao endividamento municipal para 2014

	LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE 2014	TAXA DE ENDIVIDAMENTO FACE AO LIMITE	LIMITES DE ENDIVIDAMENTO PARA 2014
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	4.029.137,95	0,00	4.029.137,95
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	40.291.379,52	0,00	40.291.379,52
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	22.242.590,90	0,00	22.242.590,90

Quadro 2 – Situação a 31/12/2014 face aos limites ao endividamento municipal para 2014

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR	0,00	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	39.559.089,65	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	10.846.566,34	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	0,00	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-577.886,42	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	8.530.191,47	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazo
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazo
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	31.028.898,18	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.738.488,45	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	4.029.137,95	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	40.291.379,52	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	22.242.590,90	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO — Excesso / Margem	4.029.137,95	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS — Excesso / Margem	9.262.481,34	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO — Excesso / Margem	20.504.102,45	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)

O limite do endividamento líquido calculado para o ano de 2014 era de 22.243 milhares de euros, conforme demonstrado no quadro 1.

No apuramento do endividamento líquido, a Autarquia obteve uma situação de margem face aos limites de 20.504 milhares de euros, conforme demonstrado no quadro 2.

O limite do endividamento de médio e longo prazo era de 40.291 milhares de euros, e no ano de 2014 a Autarquia teve um endividamento de 31.029 milhares de euros, obtendo assim uma margem face ao limite de 9.262 milhares de euros.

O limite do endividamento de curto prazo era de 4.029 milhares de euros, como não foi contraído nenhum empréstimo de curto prazo, a Autarquia ficou com uma margem igual ao limite.

11. Fatos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

O encerramento do exercício de 2014 foi efetuado com a conta patrimonial 26.8.5.9.05 – Pensão de alimentos apresentando um saldo devedor de 1.208,08 euros, devido ao Departamento de Recursos Humanos ter processado nos vencimentos dos funcionários alguns descontos como judiciais e não como pensão de alimentos.

A conta patrimonial 26.8.5.9.24 – Bens à consignação apresenta um saldo devedor de 47.403,43 euros. Este saldo provém a verba que ainda não foi arrecadada contabilisticamente mas cujas vendas já foram pagas aos respetivos fornecedores.

12. Síntese e Perspetivas Futuras

A Prestação de Contas relativa a 2014 que agora se apresenta retrata, de forma transparente e rigorosa, o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal num dos anos mais difíceis e exigentes das últimas décadas.

No decurso de 2014, o Poder Local democrático foi alvo dos maiores e mais violentos ataques à sua autonomia, independência e competências.

Com base no memorando de entendimento negociado com o Troika constituída por FMI, BCE e EU, todas as justificações foram permitidas para a concretização de um conjunto de medidas que estrangulam as autarquias locais, reduzindo-lhes capacidade de ação, ao mesmo tempo que lhes são impostas, contra sua vontade, cada vez mais competências sem a necessária transferência dos respetivos e imprescindíveis meios técnicos, humanos e financeiros.

O quadro geral, que se tem agravado nos últimos anos e não apenas por responsabilidade do atual governo, é o de redução das transferências para as autarquias, imposição de barreiras à sua atividade, limitação da possibilidade de contratar pessoal para a concretização das suas mais básicas responsabilidades e, acima de tudo, a divulgação de um discurso de ataque a autarquias e autarcas, responsabilizando-os pelos males que outros, no governo da república, criaram.

A situação económica e social das famílias é outro dos fatores que deve ser considerado na análise das contas que agora apresentamos, situação que se tem refletido nas receitas municipais na sequência do aumento da procura de mais apoios sociais por parte da população, procura que gera nas autarquias natural necessidade de dar resposta a estas necessidades e, consequentemente, mais despesa.

No ano 2014 houve um esforço por parte da Autarquia na contenção de despesa, que aliada ao aumento da receita arrecadada em 569 milhares de euros, originou um aumento de 5,5% dos pagamentos realizados no valor de 3.431 milhares de euros, o que levou à redução da dívida a terceiros em 3,9%.

Em dezembro de 2014 cumpriram-se 15 meses do mandato 2013-2017. Com base nas GOP 2014 demos seguimento a vários projetos programados, continuando a trabalhar de forma empenhada para realizar outros que aguardam capacidade financeira.

A transformação da cidade e do concelho, em resultado da estratégia definida de trabalhar sempre para termos Mais Cidade, está a produzir resultados visíveis na procura turística e na procura de novos investidores que nos trazem mais trabalho e mais riqueza. Tais resultados são visíveis, por exemplo, no notável e documentado aumento da procura turística no nosso concelho, procura que, aliás, tem todas as condições para continuar a aumentar.

A Câmara Municipal de Setúbal não abdica de continuar a trabalhar para o desenvolvimento e crescimento de todo o concelho, numa estratégia que continuará a produzir resultados na atividade económica dos empreendedores e empresários do concelho.

Temos, por isso, projetos em que estamos empenhados e que tudo faremos para concretizar.

O executivo municipal reitera o seu profundo empenho em, nos próximos tempos, continuar a dar passos relevantes e significativos para a consolidação e avanço de um desenvolvimento harmonioso e sustentável, para o Município de Setúbal, procurando, ao mesmo tempo, responder com eficácia às múltiplas e diversificadas necessidades da população em áreas como a limpeza e higiene urbana, a requalificação da cidade e de todo o concelho, a melhoria das acessibilidades ou a progressiva abertura da cidade ao rio, entre outros aspetos.

A par de todos os projetos municipais já implementados e a que a Autarquia dará continuidade, destacar-se-á, em 2015 e anos seguintes, sempre condicionados pela aprovação do novo quadro comunitário 2020;

- O parque urbano da Várzea
- Biblioteca municipal de Setúbal
- Terminal 7
- O Convento de Jesus

Estas são as nossas prioridades, ancoradas numa estratégia desenvolvimento e qualificação do concelho, que tudo faremos para concretizar nos próximos anos e, para as quais, desejamos o apoio de todos.

Temos plena consciência de que o caminho que definimos para o desenvolvimento do concelho é complexo, mas estamos determinados em continuar a caminhar para alcançar os nossos objetivos e que se resumem em três ideias simples: Mais Trabalho, Mais Rio e Mais Cidade.

3. Proposta para Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a transição do resultado líquido do exercício, no valor de 17.415.261,75 euros, para a conta 59 "Resultados Transitados".

Setúbal, 26 de março de 2015

A Presidente da Câmara

(Maria das Dores Meira)